

## EDITORIAL

Prezados Leitores e Leitoras,

É com grande satisfação que apresentamos a terceira edição regular de 2024 da Revista do Serviço Público (RSP), trazendo à tona discussões, análises e novas reflexões sobre temas fundamentais para o aprimoramento das instituições, da administração pública e do setor público brasileiro.

O artigo *Inclusão participativa de pessoas idosas usando e-Gov no Brasil: um mapeamento sistemático de literatura*, de Ricardo Kosloski, Leides Moura e Marília Gomes, aborda os desafios enfrentados pelos idosos no uso de serviços de e-Gov, identificando fatores tecnológicos e sociais como motivadores ou barreiras. Baseado em um mapeamento sistemático de literatura e estudos bibliométricos, o artigo propõe um *framework* que auxilia gestores públicos na promoção de políticas de governo digital voltadas para o envelhecimento ativo.

O artigo *Critérios de sustentabilidade em compras públicas: validação de modelo de equação estrutural sob a ótica do tripé da sustentabilidade*, de André Luiz dos Santos, apresenta um modelo de equação estrutural para validar critérios de sustentabilidade em compras públicas com base em um *survey* com 450 participantes. Os resultados desse estudo empírico indicam que a adoção de critérios de sustentabilidade ambiental, econômico e social influencia positivamente nas fases de planejamento, seleção e execução do processo de compras nas organizações públicas.

O artigo *Implicações práticas da nova Lei de Licitações no Hospital Federal Cardoso Fontes*, de Daniel de Araújo e Ana Paula Borges, analisa os impactos da Lei Federal nº 14.133/2021 nos processos licitatórios do Hospital Federal Cardoso Fontes. O estudo destaca a necessidade de adequação ao novo sistema legal, propondo reestruturação da área de licitações e reforço na governança para otimizar as contratações públicas.

O artigo *Implantação das práticas de integridade e compliance: possibilidades e desafios no transporte urbano público em Fortaleza-CE*, de Suerda Bezerra, Paulo Roberto Nunes e Rubens Rodrigues, examina a implantação de práticas de integridade e *compliance* nas empresas de transporte público de Fortaleza, em conformidade com a Lei Anticorrupção. Os resultados evidenciaram que o processo de adequação das ações das empresas tem ocorrido de forma lenta, uma vez que apenas duas empresas dispõem de um programa completo de práticas de integridade e *compliance*, revelando uma emergência de adequação pró-combate às práticas de corrupção e fraude. Conclui-se que há uma demanda por maior implementação e adequação dessas práticas, uma vez que elas geram benefícios para todos os *stakeholders* e fortalecem o controle necessário para inibir atos de corrupção e fraude.

O artigo *As escolas de governo e o desafio da formação dos servidores públicos no Brasil*, de Letícia Schabbach e Marília Ramos, discute o papel das escolas de governo na formação dos servidores públicos, com destaque para a Escola Nacional de Administração Pública (Enap). A pesquisa ressalta a importância das escolas de governo para o fortalecimento das capacidades estatais, embora sua presença seja limitada nos municípios.

O artigo *Formas de orientação e dimensões priorizadas nos sistemas de medição de desempenho no setor público: uma revisão sistemática da literatura*, de Newton Tallens Junior, Emerson dos Santos, Camila Martins e Rogerio Morano, analisa a complexidade da implantação de Sistemas de Medição de Desempenho (SMD) no setor público, destacando três fases distintas de evolução. Por meio de uma revisão sistemática da literatura, o artigo identificou formas de orientação e dimensões de desempenho priorizadas nos SMD, cujos resultados mostram que a medição de desempenho no setor público cruzou a fronteira de suas organizações, com perspectivas de medição mais amplas e de elevado impacto na sociedade.

O artigo *Gestão de carreiras e ocupação de cargos de direção: as diferenças entre Auditor Fiscal da Receita Federal e Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental*, de Karina Yamada e Cecília Olivieri, analisa os fatores institucionais e individuais que influenciam a ocupação de cargos de Direção e Assessoramento Superior (DAS) no governo federal. Ao comparar as carreiras de Auditor Fiscal da Receita Federal e de Especialista em Políticas Públicas, o estudo identificou que diferenças nas formas de estruturação e gestão dessas carreiras geram incentivos diferentes, com resultados distintos: i) os auditores circulam muito menos nos ministérios do que gestores; os auditores ocupam cargos de mais baixo escalão e os gestores, cargos mais altos; ii) os incentivos organizacionais moldam as estratégias individuais de profissionalização e de busca por cargos; e iii) há competição entre os servidores para ocupar os cargos por causa da lógica interna das carreiras, identificando diferentes incentivos e resultados nas estratégias de busca por cargos.

E, por fim, o artigo *Agências reguladoras federais e a efetiva implementação de suas carreiras*, de Leopoldo Ribeiro, investiga se as carreiras de servidores efetivos das agências reguladoras efetivamente foram implementadas até o final de 2022. O estudo conclui que a implementação das carreiras ainda apresenta desafios para muitas agências, afetando sua capacidade de atuação.

Esperamos que esta edição da RSP gere uma rica reflexão de ideias e diálogos sobre os temas acima apresentados, contribuindo para o desenvolvimento de novas práticas e processos na administração pública brasileira.

Desejamos a todos e a todas uma excelente leitura!

**Alexandre de Ávila Gomide**

Editor-Chefe da RSP